



WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o Capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2010.

DESVELANDO A DEMOCRACIA NO ÂMBITO DA VIDA COTIDIANA

por **Luciano Ximenes Aragão**

Doutor em Geografia

Professor do Departamento de Geografia

Pontifícia universidade Católica do Rio de Janeiro

lucianoximenes@yahoo.com.br

Primeiras horas da segunda-feira, nas regiões metropolitanas – bem como em várias outras cidades brasileiras ou no campo – onde milhões de brasileiros enfrentam as agruras relativas às condições de ida para o trabalho. No caso da metrópole do Rio de Janeiro trens, ônibus, barcas, vans, entre outros meios de transportes revelam a precariedade da trajetória que se inicia.

As horas e os demais dias da semana seguem. Embora os discursos sobre as inovações tecnológicas tenham apregoado em favor de maior conforto e até aumento do tempo livre, a realidade de muitos daqueles trabalhadores se recobre de tédio decorrente de atividades repetitivas e de submissão aos desideratos da reiteração da acumulação capitalista. Findo o dia, na volta para casa, envolta em disputas por lugares, mesmo de pé, nos trens, nos ônibus e vans se repete continuamente.

Após a jornada laboral e a que é gasta durante este percurso para trabalho, restam-lhes poucas horas de lazer e de descanso para recomposição de suas energias. Destas horas, grande parte delas é oferecida pelos meios de comunicação de massa, destacadamente, a televisão.

As telenovelas e os telejornais consistem, neste caso, na opção de lazer desses trabalhadores, completando assim, seu cotidiano programado iniciado na jornada de trabalho e nos faz observar, de certo modo, sua vulnerabilidade em relação às possibilidades de reflexão sobre a situação vivida no cotidiano, marcada pelo que poderíamos chamar de resíduos do processo de acumulação. Estreitam-se, do mesmo modo, as possibilidades de alcances da



democracia já que as cenas vistas nas poucas horas que restam do dia, poder-se-ia dizer, são grotescas. São crescentes as manipulações, as quais contribuem para mistificações do vivido, para as representações de distanciamento da realidade, pois as consciências são manipuladas (programadas) em tempo integral. Oferecer uma programação que nivela a cultura popular por baixo é uma estratégia que remete a certa finalidade: a reprodução das relações (sociais) de produção.

Os exemplos podem se estender ao infinito, mas registremos o caso da programação televisiva. Curiosamente, num momento em que portar um discurso sobre o conflito de classe, em alguns lugares ou momentos, soa como anacronismo, naqueles folhetins diários as relações entre classes estão muito presentes, numa lógica, embora nem sempre de forma evidente, maniqueísta. A evidência desta aparece nas oposições binárias entre classe trabalhadora e burguesia, perscrutada em todo momento. É o caso do folhetim iniciado às dezenove horas. Nele, um grupo de trabalhadoras domésticas é exaltado, sugerindo a apologia ao empreendedorismo das “marias”, num país onde grassa a feminização da pobreza, sendo um de seus corolários a crescente proporção de lares que são chefiados por mulheres. O contraponto é a apresentação de uma burguesia decadente, envolvida numa série de golpes de corrupção cujo resultado é sua falência e a perda de alguns direitos. Então, de um lado a suposta ascensão de uma “classe C” se contrapõe à decadência de uma burguesia sugestivamente, ainda no caso do folhetim, parasitária e corrupta. Ao mesmo tempo se sobrevaloriza o trabalho e o empreendedorismo redentor. A “salvação” das “marias” reside nesse messianismo radicado na sua capacidade de “sair de baixo”.

A programação segue com o clássico telejornal, onde a situação poderia ser considerada burlesca. Seus âncoras se comportam com um nível de formalidade que supõe a programação de comportamentos cujo resultado é aprimorar a ideia de “imparcialidade”, quando, na verdade, se sabe que na pauta há uma pré-seleção; as decisões sobre (e como) o que vai ser noticiado são cuidadosamente programadas. Interessa reproduzir certa “moral” e princípios que mascaram a realidade, mistificando as consciências. Diante

desse quadro, será que as recorrentes discussões sobre a censura – muitas vezes advogando o princípio democrático de liberdade de imprensa – não soariam como supérfluas?

Divulgar continuamente os arroubos sobre corrupção nos distintos escalões do governo reverbera de modo muito particular, pois, o seu resultado não é a politização da sociedade, mas o contrário, a sua despolitização. Os cidadãos passam a crer que política não deve ser coisa dos homens de bem e o Estado passa a ser visto de forma imoral, incapaz de garantir as promessas veiculadas a cada pleito eleitoral. Em contrapartida, o empresário, o empreendedor personifica os valores que devem ser seguidos.

O folhetim seguinte também tem como marca o conflito, nem sempre evidente, entre classes sociais. Agora privilegia a situação de classe e o lugar onde elas residem, o subúrbio. As oposições binárias se repetem nos textos e nas ações que são desencadeadas. A nova “Classe C”, novamente, é enaltecida. A sugestão subliminar aqui é a de que é possível ser “patrão” mesmo residindo numa área periférica da cidade; é possível ser empreendedor mesmo nestas áreas; as histórias ali narradas procuram assim demonstrar.

O futebol, todas as semanas, os realities shows, entre outras opções de lazer oferecidas pela TV aberta, juntos, se inclui do mesmo modo nessa programação cuja culminância é “programar” um cotidiano em que as opções que se manifestam se apresentam como residuais.

É este o contexto suscitado que nos valem para apresentar a resenha do livro “Democracia contra o Capitalismo”, escrito pela cientista política norte-americana Ellen Meiksins Wood, já conhecida no Brasil, especialmente pela publicação do livro “A origem do Capitalismo”, em 2001.

O livro se propõe a renovação (crítica) do materialismo histórico e dialético e contribui, de forma significativa, para o desvelamento da relação entre capitalismo e democracia, portanto, surpreende pela precisa restituição de certo *movimento* ao *político*, através da demonstração da negação da dimensão política como pressuposta em cada momento de transformação do mapa social, como nos revela a autora, que ainda assevera:

Depois de Marx, muitas vezes o marxismo perdeu de vista esse projeto teórico [exploração do terreno em que ocorre a ação política]

e seu caráter essencialmente político. Houve, em particular, uma tendência a perpetuar a rígida separação entre o “econômico” e o “político” que tão bem atendeu à ideologia capitalista desde que os economistas clássicos descobriram a “economia” na teoria e começaram a esvaziar o capitalismo de conteúdo político e social. (WOOD, 2010, p. 27)

O percurso realizado pela cientista é marcadamente aquele em que se valoriza, igualmente, a restituição da história às relações sociais. Desse modo o concreto, em suas múltiplas determinações, assume contornos de inestimável valor, por isso, a ousadia, na presente resenha de iniciá-la com a descrição de certas práticas sociais.

Recuperar a etimologia do termo democracia – governo do e para o povo – e ao mesmo tempo pondo-a em perspectiva como prática, ligando-a vis-à-vis às várias transformações ao longo do desenvolvimento da história ocidental, reforça as surpresas presentes no conjunto de ensaios “Democracia contra o capitalismo”. Num primeiro momento são assinaladas as especificidades do capitalismo e o materialismo histórico, destacando-se a lógica presente na (aparente) separação entre o “econômico” e o “político”, seguida por uma reflexão muito consistente sobre a “base” e a “superestrutura”, e nesta, as críticas, em nada simplificadoras, às perspectivas althusserianas. Na explicitação daquelas especificidades detém-se na demonstração do conceito de classe como processo e como relação e nesse sentido enriquece o referido movimento, desprezando essa noção como dada, portanto, lembrando que com as mudanças em cada fase do capitalismo, necessário se faz, verificar os pressupostos da oposição entre detentores dos meios de produção e a classe de produtores diretos. O determinismo tecnológico e as oposições teóricas entre Marx e Weber, seguindo ainda o percurso da autora, iluminam os desvelamentos pretendidos em que a restituição do materialismo é acentuada agora no âmbito da história, enfatizando o papel das técnicas.

O segundo momento é aquele que dá título ao livro, “a democracia contra o capitalismo”. A arguta observação sobre o trabalho e a democracia antiga, coloca questões muito pertinentes. Isso se revela de grande importância nos dias de hoje, em especial ao questionarmos sobre a possibilidade da realização da democracia num momento em que todo o tempo da vida, ou grande parte dele é tempo de trabalho, sobrando poucas horas para a reflexão

e tomada de consciência, capazes de restituírem a humanidade do homem, minando as possibilidades de sua emancipação, na medida em que se perscrutam os resíduos do processo de acumulação e aqui vemos que a referida programação dos meios de comunicação de massa, como já assinalado, nivela por baixo a cultura popular.

Na sequência em que trata d’“O demos versus ‘nós, o povo’”: das antigas às modernas concepções de cidadania, a descrição do mapa social em que ocorrem grandes transformações políticas e sociais, demonstra a relatividade do conceito de classe e os processos que lhe dão sentido assumem contornos mais nítidos. Os argumentos utilizados na comparação do desenvolvimento da democracia entre a Europa Ocidental e os Estados Unidos são esclarecedores da relação entre sociedade e democracia. Embora em contextos diferentes, na base estava a [aparente] separação entre o político e o econômico, portanto, entre as estratégias das classes dominantes se circunscreve a despolitização da sociedade. Não é demais lembrar, que no caso inglês as mudanças sociais se deram a partir de coerções extra-econômicas até desembocar no movimento cartista pelo sufrágio universal. Segue-se que devido às repressões e a legitimação da propriedade, houve um deslocamento das lutas políticas para o chão da fábrica, cujo resultado metamorfoseou-as em lutas econômicas, embora não tenham se esgotado por completo, as primeiras.

Enquanto nos Estados Unidos, lembra-nos ainda Ellen M. Wood, os pais fundadores (*founding fathers*) da democracia americana não a desejavam de fato. Na institucionalização da universalização do voto, curiosamente, se cria a democracia representativa e que, neste caso particular, cada indivíduo atua isoladamente, portanto já não é o corpo social que aparece em primeiro plano. É a ideia de “povo” como abstração que emerge. Substitui-se, assim, uma prática cujos termos deveriam estar assentados na coletividade. É desse modo que a política *despolitiza* a sociedade e é também dessa maneira que fica patente a diferença entre a democracia grega (mesmo com algumas de suas restrições) considerada ativa e direta em relação às democracias

modernas, agora consideradas indiretas e passivas, marcando a primazia da junção entre poder político e poder econômico.

Estabelecem-se assim as condições que tornaram possíveis a conciliação entre democracia e capitalismo, ou as formas pelas quais foram forjados meios para que este tolerasse alguns princípios democráticos.

Interessa aqui colocar em perspectiva a contribuição desse conjunto de ensaios para a Geografia e o Planejamento, lembrando que qualquer mudança social assim como as possibilidades de emancipação dos diversos grupos sociais supõe a verificação do que ocorre no âmbito do vivido, possibilitadas pela reafirmação do materialismo histórico e dialético. Portanto, deve-se destacar a dialética da relação entre o mercado e planejamento, onde ambos devem ser relativizados.

De várias formas, os dois [planejamento e mercado] foram movidos pelos imperativos da acumulação – num dos casos, impostos pelas exigências do desenvolvimento industrial acelerado. Nenhum dos dois envolveu a reapropriação dos meios de produção pelos produtores, nem foi motivado por interesses dos trabalhadores cujo trabalho excedente foi apropriado, nem mesmo pelos interesses dos trabalhadores do conjunto da população; e em nenhum dos casos a produção se sujeitou à responsabilidade social. (WOOD, 2010, p. 247)

Refletir sobre o planejamento à luz da complexa relação sociedade/democracia/capitalismo supõe, igualmente, desvelar os meios de dominação burguesa, verificando o que é subliminar, na tentativa de tolher a democracia ativa, como certa programação da vida cotidiana sugere e em seu contraponto, colocar em posição de vanguarda os movimentos presentes no cotidiano. Embora em nossas visões apressadas ou viciadas, certas práticas sociais emerjam como insignificantes, elas estão presentes na produção (social) do espaço. É frente a estas situações dissonantes, ambíguas, contraditórias que a visão de geógrafos e planejadores deve estar atenta em busca da restituição da humanidade do homem, através de sua verdadeira emancipação como momento privilegiado de seu trabalho.

Recebido em julho de 2012; aceito em setembro de 2012.